



143
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 0282729-6

Agravante: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH.

Procuradora: Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby.

Agravado: Claudio Henrique Cruz Camilo de Souza e outro.

Advogado: Mauro André Feitosa Azevedo.

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ADESÃO AO SASSEPE. FACULTATIVIDADE. LC Nº 30/01, LC Nº080/05 E DECRETO Nº 29.299/06. AO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA SENTENÇA RETRIBUEM DE FORMA JUSTA O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PROFISSIONAL. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Os Estados brasileiro, assim como os Municípios, não estão autorizados a estabelecer plano de assistência à saúde com caráter mandatório relativamente à contribuição de seus servidores,

2. Com efeito, após a promulgação da EC nº 41/03, inexistente permissibilidade e fundamento constitucional para a compulsoriedade de contribuição a tal título. Em outras palavras, autoriza-se o funcionamento de Planos de Assistência à Saúde quando tão somente evidenciada a adesão ou aceitação voluntária dos servidores.

3. Sob outro enfoque, é imperioso registrar-se a necessidade de se respeitar o direito de livre associação, constitucionalmente previsto em nosso ordenamento pátrio. A opção de vinculação aos serviços de saúde disponibilizados pelo plano depende tão somente da vontade exercida por cada servidor individualmente, que faz sua escolha (de desfrutar do plano ou não) de forma autônoma e independente.

4. Recurso improvido. Decisão unânime.



144
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0282729-6, em sessão realizada no dia 25 / 04 / 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.I.

Recife, 25 / 04 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator





145
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 0282729-6

Agravante: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH.

Procuradora: Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby.

Agravado: Claudio Henrique Cruz Camilo de Souza e outro.

Advogado: Mauro André Feitosa Azevedo.

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo intentado contra decisão terminativa proferida em sede de Apelação Cível em apenso que, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento à interposição, mantendo incólume a sentença recorrida, a qual julgou parcialmente procedentes condenando o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco- IRH/PE a restituir os valores descontados indevidamente dos vencimentos dos autores, referentes às contribuições ao Plano de Saúde do SASSEPE, no período compreendido entre fevereiro de 2006 a julho de 2007, para o autor CLAUDIO HENRIQUE CRUZ CAMILO DE SOUZA, e do período compreendido entre janeiro de 2006 a julho de 2007, para a autora DYHANNE CARRILHO FÉLIZ DA ROCHA.

Em suas razões (fls. 132/137), sustenta o Estado agravante, preliminarmente, inépcia da inicial por afronta ao art. 282, VI, do CPC, na medida em que os autores não juntaram à exordial os documentos necessários à demonstração da verdade dos fatos alegados.

No mérito, aduz que os descontos foram devidos tendo em vista que os autores gozaram da posição de beneficiários do referido plano de saúde no período compreendido entre fevereiro de 2006 a julho de 2007, sem nenhuma contestação, o que configura aceitação tacita dos descontos e serviços.

Insurge-se, ainda, quanto à verba fixada a título de honorários, considerando demasiadamente elevado o seu valor, pugnando pela redução do seu *quantum*, aplicando-se o disposto no art. 20, §4º, do CPC.



146
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ao final, requer o provimento do agravo para reforma do *decisum* recorrido.

Não sendo caso de ser exercido juízo de retratação, coloco em mesa o recurso para julgamento, posto que preenchidos os requisitos legais.

É o relatório.

Recife, 26 / 04 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



148

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nº 0282729-6

Agravante: Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH.

Procuradora: Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby.

Agravado: Claudio Henrique Cruz Camilo de Souza e outro.

Advogado: Mauro André Feitosa Azevedo.

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

VOTO

Analizando o que consta às razões de Agravo, verifico que constituem mera repetição do sustentado em sede de apelação, insuficientes à reforma da decisão recorrida, motivo pelo qual mantenho o meu posicionamento, transcrevendo na íntegra a decisão recorrida, evitando-se, assim, a repetição de argumentos:

Eis o teor da decisão recorrida:

DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Apelação Cível em face de sentença proferida nos autos da Ação de Devolução de Descontos Indevidos, feito tombado sob o nº 0104798-49.2009.8.17.0001, a qual julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais, condenando o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco- IRH/PE a restituir os valores descontados indevidamente dos vencimentos dos autores, referentes às contribuições ao Plano de Saúde do SASSEPE, no período compreendido entre fevereiro de 2006 a julho de 2007, para o autor CLAUDIO HENRIQUE CRUZ CAMILO DE SOUZA, e do período compreendido entre janeiro de 2006 a julho de 2007, para a autora DYHANNE CARRILHO FÉLIZ DA ROCHA.

O referido decisum condenou o instituto demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais foram fixados em 10 % (dez por cento) sobre o valor da causa.



148

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Em suas razões recursais (fls.87/94), sustenta o Estado apelante, preliminarmente, inépcia da inicial por afronta ao art. 282, VI do CPC, na medida em que os autores não juntaram, à exordial, os documentos necessários a demonstrar a verdade dos fatos alegados.

No mérito, aduz que os descontos foram devidos na medida em que os autores gozaram da posição de beneficiários do referido plano de saúde no período de fev/2006 a jul/2007, sem nenhuma contestação, o que configura a aceitação tácita dos descontos e dos serviços.

Insurge-se, ainda, quanto à verba fixada a título de honorários, considerando demasiadamente elevado o seu valor, pugnando pela redução do seu quantum, aplicando-se o disposto no art. 20, §4º, do CPC.

Ao final, requer o provimento do apelo para reforma do decisum recorrido, julgando-se improcedentes os pedidos iniciais.

Contrarrazões nos autos (fls. 97/105) pela manutenção da sentença.

Parecer ministerial sem análise do mérito às fls.115/119.

*É o relato, no essencial. **DECIDO.***

Inicialmente, afasto a preliminar de inépcia da inicial suscitada pelo apelante, tendo em vista que a inicial encontra-se instruída suficientemente com a documentação necessária ao deslinde da questão.

No mérito, tenho que a sentença recorrida não merece reparos.

A análise dos autos da conta de que os autores/apelados ingressaram com a presente ação com vistas à restituição de valores descontados indevidamente pelos réus em seus vencimentos.

Aduziram que foram admitidos pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco no cargo de médico, em regime estatutário no ano de 2005 e que, durante o período de um ano e cinco meses, tiveram descontado de seus vencimentos, sem



149
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

prévia adesão, contribuições para o SASSEPE, as quais, somente em 2007, após solicitação, foram cessadas.

Pugnaram pela restituição em dobro do que foi indevidamente descontado, tendo a sentença recorrida acertadamente julgado parcialmente procedente o pedido, condenando o Instituto demandado a restituir apenas o valor correspondente aos descontos efetuados.

No presente caso, a matéria posta a julgamento se refere à possibilidade, ou não, de uma entidade instituidora de plano de saúde para servidores descontar compulsoriamente contribuições dos mesmos na hipótese de não ter havido adesão.

Acerca da matéria, destaco os seguintes dispositivos:

LEI COMPLEMENTAR Nº 30 DE 02 DE JANEIRO DE 2001.

Cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE e dá outras providências

Art. 2º - O SASSEPE será destinado à realização de ações da medicina preventiva e curativa e será desenvolvido mediante aplicação de um programa de assistência ambulatorial e hospitalar específico, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados e, em especial, através do Hospital de Servidores do Estado de Pernambuco - HSE e suas unidades locais e regionais.

§ 1º A adesão ao SASSEPE será facultativa, e se dará nos moldes definidos nesta Lei Complementar e no regulamento contido em Decreto do Poder Executivo Estadual.

§ 2º Os beneficiários do SASSEPE farão jus à prestação dos serviços por ele cobertos, somente após a formalização da adesão e conclusão do ato de inscrição, na forma do art. 12 desta Lei Complementar, bem como do integral cumprimento dos prazos de carência definidos em regulamento contido em Decreto do Poder Executivo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 080, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2005.

Introduz alterações na Lei Complementar nº 30, de 2 de janeiro de 2001, que instituiu o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, e dá outras providências



150

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Art. 15- (O SASSEPE será custeado pelas seguintes fontes de receita):

VII – os recursos provenientes de pagamentos efetuados pelo beneficiário titular para si e/ou seus dependentes regularmente inscritos no SASSEPE, a título de fator moderador, em percentuais e valores a serem determinados por resolução do CONDASPE, descontados em folha de pagamento, com código específico, previamente autorizado pelo beneficiário titular;

DECRETO Nº 29.299, DE 12 DE JUNHO DE 2006.

Regulamenta o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, e dá outras providências.

Art. 8º A adesão do beneficiário ao SASSEPE será facultativa, e se dará nos moldes definidos na Lei Complementar nº 030, de 02 de janeiro de 2001, e suas alterações, e neste Decreto.

Parágrafo único. A inscrição do beneficiário dependente é decorrente da efetiva inscrição do beneficiário titular, o qual assume a qualidade de contribuinte-participante do SASSEPE.

Da análise dos dispositivos acima citados pode se concluir pela facultatividade da adesão, pelo servidor, do plano em comento, significando dizer que somente após a inscrição dos autores/apelados como beneficiários do programa de saúde do SASSEPE é que estaria a entidade demandada autorizada a efetuar descontos das contribuições na folha de pagamento destes, não devendo tal inscrição partir de iniciativa do próprio IRH.

A respeito do caráter facultativo da adesão ao referido plano, confira-se:

AÇÃO ORDINÁRIA. IMPROCEDENTE. INCIDÊNCIA CONTRIBUIÇÃO SASSEPE SOBRE VERBA NATALINA. NATUREZA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. SENTENÇA MANTIDA. POR UNANIMIDADE.

1. Depreende-se do comando legal não se tratar a vinculação do servidor ao sistema de saúde SASSEPE de adesão obrigatória, porquanto sendo facultativa oferta-se ao plano de assistência à saúde dos servidores natureza contratual, na qual prevalece o princípio da autonomia da vontade das partes (artigo 2º, § 1 da Lei Complr nº 030/2001).

151
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(...).¹

Assim, pode se dizer os Estados brasileiros, assim como os municípios, não estão autorizados a estabelecer plano de assistência à saúde com caráter mandatório relativamente à contribuição de seus servidores.

Com efeito, após a promulgação da EC nº 41/03, inexistente permissibilidade e fundamento constitucional para a compulsoriedade de contribuição a tal título. Em outras palavras, autoriza-se o funcionamento de Planos de Assistência à Saúde quando tão somente evidenciada a adesão ou aceitação voluntária dos servidores.

Porém, nada impede que os Estados e municípios ofereçam aos seus funcionários ativos, aposentados e pensionistas plano com intuito de fornecimento de serviços à saúde. O que não se tolera é a obrigatoriedade contributiva, descabendo cogitar a tese de solidariedade no que tange à assistência à saúde.

Ademais, imperioso registrar-se a necessidade de se respeitar o direito de livre associação, constitucionalmente previsto em nosso ordenamento pátrio. A opção de vinculação aos serviços de saúde disponibilizados pelo plano depende tão somente da vontade exercida por cada servidor individualmente, que faz sua escolha (de desfrutar do plano ou não) de forma autônoma e independente.

No que pertine aos honorários advocatícios, registro que, nas causas de pequeno ou grande valor, bem como nas execuções, embargadas ou não, o arbitramento das verbas honorárias deve ser feito mediante apreciação equitativa do magistrado, na forma do disposto no art. 20, §4º, do CPC, atendidas as normas contidas nas alíneas do parágrafo antecedente, não se submetendo o julgador aos parâmetros percentuais indicados no §3º, podendo ser estipuladas, inclusive, aquém ou além daqueles limites, bem como em valor certo, não percentual.

Deve, portanto, a atividade do hermeneuta no arbitramento dos honorários sucumbenciais ser sempre pautada pela observância

¹ TJPE, APL 82056020068170001 PE 0008205-60.2006.8.17.0001. Relator(a): Luiz Carlos Figueirêdo. Julgamento: 18/10/2011. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível. Publicação: 197

152
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para o fim de estabelecer um quantum que, ao passo que valora a dignidade do trabalho do advogado, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido, guardando, em qualquer situação, relação com o valor da causa, ou da condenação, conforme a hipótese.

Neste sentido, a já tão pacificada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consubstanciada nos arestos a seguir ementados:

TRIBUTÁRIO - PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - REVISÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARBITRAMENTO POR EQÜIDADE - VEDAÇÃO AO REEXAME DE FATOS E PROVAS - SÚMULA 7/STJ - HIPÓTESE QUE NÃO SE CONFIGURA EXORBITÂNCIA. 1. Para suspender a exigibilidade do crédito o depósito deve ser integral e em dinheiro. Se a Corte de origem afirma que o depósito judicial foi integral, emitir conclusão diversa demanda análise de provas, o que é vedado nesta Instância pelo óbice da Súmula 7/STJ. 2. A teor do art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, a verba honorária será fixada mediante apreciação eqüitativa do magistrado. 3. No juízo de eqüidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, § 3º, alíneas "a", "b" e "c", do CPC, podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou arbitrar valor fixo. 4. Esta Corte tem entendido que, a pretexto de ofensa ao art. 20 do CPC, descabe nesta sede recursal revisar o quantum fixado relativo a honorários advocatícios, exceto nos casos de irrisoriedade ou exorbitância, hipótese não configurada no caso dos autos. 5. Recurso especial não conhecido ²

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. SÚMULA 283/STF. INEXISTÊNCIA DE RENÚNCIA EXPRESSA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL PROPOSTA DURANTE A TRAMITAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE, QUANDO A AÇÃO AUTÔNOMA,

² STJ, REsp 988946/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 21/10/2008.
17



153

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

DESACOMPANHADA DO DEPÓSITO, NÃO PRETENDE A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO EXEQUENDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ. 6. Consoante as disposições do § 4º do artigo 20 do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou em que for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido³

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. DIREITO CREDITÓRIO. RECUSA. ORDEM LEGAL. SÚMULA 07/STJ. 5. Os honorários advocatícios, nas causas em que não houver condenação, como nas execuções embargadas ou não, devem ser fixados à luz do § 4º do CPC que dispõe, verbis: "Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." 6. Conseqüentemente, a conjugação com o § 3.º, do art. 20, do CPC, é servil para a aferição eqüitativa do juiz, consoante às alíneas a, b e c do dispositivo legal. 7. A revisão do critério adotado pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários, encontra óbice na Súmula 07 do STJ. No mesmo sentido, o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário." (Súmula 389/STF - Precedentes da Corte: REsp n.º 779.524/DF, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 06/04/2006; REsp 726.442/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 06/03/2006; AgRg nos EDcl no REsp 724.092/PR, Rel. Min. Denise Arruda, DJU de 01/02/2006). 8. Agravo regimental desprovido⁴

Apesar da rápida solução do litígio, a verba honorária arbitrada pela r. sentença retribuiu de forma justa o trabalho e empenho do profissional, motivo pelo qual deve ser mantida.

Assim, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, nega seguimento à interposição, mantendo o decisum recorrido em todos os seus termos.

³ STJ, REsp 1048669/RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 05/02/2009.

⁴ STJ, AgRg no Ag 898372/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 04/12/2008.



154
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

P.I.

Recife, 08/04/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

Assim, com base nos mesmos fundamentos constantes da decisão agravada, voto pelo improvimento do presente Agravo, com a manutenção desta em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 25/04/13

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator